



A DEMOCRACIA DELIBERATIVA NO PROCESSO JUDICIAL PELA FORÇA DO USO ALTERNATIVO DO DIREITO

Gabriel Zaparoli
Ester Emanuele Lima

Resumo

Utilizando a metodologia hipotético-dedutiva, a pesquisa buscou investigar a possibilidade de aplicação das ideias do movimento Uso Alternativo do Direito no processo judicial brasileiro, corrente proposta originalmente na Itália, na década de 1960, como uma crítica às injustiças sociais sustentadas por sistemas jurídicos que historicamente serviram às elites. Um aspecto central dessa abordagem é a ênfase no processo judicial como arena para a realização da justiça social, sobretudo no Brasil, onde as desigualdades são tão marcantes. Para isso, propõe-se o uso de instrumentos de democracia deliberativa, como audiências públicas e a participação de *amici curiae*, que têm o potencial de democratizar o processo decisório e aumentar a legitimidade das decisões judiciais, até mesmo como forma de empoderar a população perante o processo decisório dos juízes. Nesse sentido, a teoria do Formalismo Valorativo, proposta por Carlos Alberto Álvaro de Oliveira, oferece uma base robusta para a aplicação do Uso Alternativo do Direito no Brasil, pois trabalha a importância dos valores republicanos e democráticos na atuação dos juízes, propondo que as decisões judiciais sejam orientadas por princípios éticos e pela busca da justiça social. Ao adotar precedentes e fomentar um diálogo contínuo com a sociedade, os magistrados podem conferir maior legitimidade e justiça às suas decisões, especialmente em casos que envolvem os grupos marginalizados. Como resultado, pôde-se identificar que o movimento do Uso Alternativo do Direito continua desempenhando um papel crucial na realização da justiça social no Brasil ao romper com paradigmas tradicionais e incorporar práticas de democracia deliberativa. Essa abordagem, que alia teoria crítica a práticas participativas, oferece uma visão promissora para um sistema jurídico que realmente atenda às necessidades de toda a sociedade, especialmente dos mais vulneráveis.

Palavras-chave: Democracia deliberativa; formalismo valorativo; participação social; uso alternativo do direito;